

MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI¹

Rosana Baeninger²

Resumo: O texto analisa as migrações internas no Brasil com ênfase nas tendências atuais do século 21. Objetiva traçar um breve histórico das migrações a partir dos anos 1970 e as novas direções e sentidos das migrações no país. Indica que o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais, um vetor caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana” - que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais, em especial que partem das metrópoles brasileiras para outros estados - e o segundo vetor em âmbito intra-estadual que também sai das metrópoles, com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior, com a “interiorização migratória”. O estudo propõe também o entendimento das migrações a partir da rotatividade migratória, em função da fluidez da inserção das localidades na divisão social do trabalho dentro e fora do país.

Palavras-chave: Brasil; Migrações; Tendências atuais.

INTERNAL MIGRATION IN BRAZIL: TRENDS FOR THE XXI CENTURY

Abstract: The paper analyzes internal migration in Brazil with an emphasis on current trends of the 21st century aims trace a brief history of migration from the 1970s and the new directions and meanings of migration in the country. It indicates that the migration of the century setting 21 has two major national redistributive vectors, a vector characterized by "metropolitan migratory dispersion" - than at the national level is marked by significant volumes of interstate return migrants, especially departing from Brazilian cities to other states - and the second vector in intra-state level that also comes out of the cities, with the conformation of important migratory flows metropolis-inside with a "migratory internalization." The study also proposes the understanding of migration from the migration turnover, due to the fluidity of the insertion of the localities in the social division of labor within and outside the country.

Key-words: Brazil; Migration; Current Trends.

¹ Este estudo se beneficia dos resultados do projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo, que conta com o apoio da FAPESP e CNPq.

² Professora Doutora do departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: baeninger@nepo.unicamp.br

1. INTRODUÇÃO

Ao entrarmos no século XXI, o cenário para o entendimento das migrações internas se amplia. É preciso considerar, além do contexto nacional, as transformações advindas da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo.

Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais no âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao cenário transnacional, onde a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas.

É nesse contexto, que este estudo procura incorporar, considerando os processos migratórios internos no Brasil no período 1970 a 2000, novas explicações para as migrações no século XXI. A defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória que se redesenhou - com maior ênfase a partir dos anos 1990 - reflete os processos de reestruturação econômica em uma nova sociedade global. Assim, a dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano-de-fundo das migrações, mas não como a única determinante – diferentemente de quando estávamos no século XX. Nas migrações internas, no século XXI, emergem indícios de formas sociais globais nos processos migratórios, onde a tendência à rotatividade migratória permite captar a fluidez da força de trabalho na divisão social e espacial do trabalho nas distintas localidades nacionais.

Neste estudo focalizaremos a importância das tendências referentes à condição migratória (área de retenção migratória, área de rotatividade migratória, área de perda migratória) das Unidades da Federação no Brasil para o período 2000-2010.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NOS ANOS 1970-2000

Os últimos cinquenta anos do século XX e os primeiros anos do século XXI denotaram profundas alterações para as migrações internas no Brasil. Essas migrações reorganizaram a população no território nacional. De um lado, até o final do século 20, as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas foram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. De outro lado, o século XXI aponta nova configuração

das migrações internas, com a redinamização de antigas áreas de expulsão, o retorno migratório e intensa rotatividade migratória (Baeninger, 2012).

Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população no Brasil nos anos 1970, e até mesmo durante a década de 1980, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 30 milhões deixaram as áreas rurais (Martine, 1994); e, da concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (Faria, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas iniciados no decorrer dos anos 1970, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 e 1991-2000 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população.

No entanto, além das “trajetórias dominantes” (Brito, 1997) fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao retorno migratório para alguns estados já nos anos 1970, apontando o incipiente processo de reversão emigratória das áreas, como os casos da região Sul e de Santa Catarina. Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 1970. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento do número de estados expulsos de população e a redução dos receptores. Na verdade, das vinte e seis Unidades da Federação existentes em 1980, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no país; no cômputo geral, havia, nos anos 1970, mais estados “perdedores” que “ganhadores” de população. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 1980 entrando na história migratória recente do país com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, tendência que se acentuou até os anos 2000.

No caso da região Sul, o período 1970-1980 indicou um fluxo de imigrantes de 923.260, dos quais 52.386 migrantes se dirigiram para o Paraná, 24.563 para Santa Catarina e 15.377 migrantes para o Rio Grande do Sul. Para o período 1980-1991, este volume de imigrantes passou para 1.267.156 migrantes internos, dos quais 58.809 para o Paraná, 3.992 migrantes para Santa Catarina e 23.395 migrantes para o Rio Grande do Sul. Dentre os estados da região Sul, é no volume de emigração que se nota a nova dinâmica do estado de Santa Catarina já nos anos 1970, quando sua emigração foi menor (24.288) que sua imigração, resultando em um saldo migratório positivo de 275 pessoas para este estado entre 1970-1980 e se consolidando como um espaço ganhador nas migrações internas no país a partir de 1980.

O final do século XX apresentou significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o país conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (Pacheco, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Este é o caso de Santa Catarina, que como estado ganhador no período 1980-1991 e 1991-2000, teve mais 25% de sua migração caracterizada como de retorno nos respectivos períodos.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil no período 1991-2000 apontaram: 1) Os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; 2) Mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste; 3) Houve a recuperação migratória no âmbito intrarregional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos; 4) Houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intrarregional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos, como é o caso de Santa Catarina.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

3. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: UM NOVO OLHAR PARA O SÉCULO XXI

No início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas anteriores.

As análises recentes acerca dos processos migratórios permitem apontar a redefinição da relação migração-industrialização (Singer, 1973), migração-fronteira agrícola (Martine e Camargo, 1984), migração-desconcentração industrial (Matos, 2000; Baeninger, 1999), migração-emprego e migração-mobilidade social (Faria, 1991).

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induz um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino. Assim, as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX. Essa reversibilidade diz respeito, tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou em patamares expressivos: 9.587.459 pessoas entre 1970-1980, 10.614.223 pessoas entre 1980-1991, 12.478.790 entre 1991-2000, e, 11.407.076 pessoas entre 2000-2010. Esse decréscimo da virada do século XX para o XXI, não significa, contudo, uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais. São Paulo passou, por exemplo, a ter saldo migratório negativo com diferentes estados do Nordeste e com demais regiões do país; o Nordeste apresenta intensas migrações com o Centro-Oeste; e Santa Catarina concentra processos migratórios regionais.

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção, perdas e rotatividade migratórias (entram migrantes e saem migrantes), redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na expansão dos espaços de rotatividade

migratória. A tendência de perda migratória do Sudeste revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória.

Desse modo, o cenário migratório do século XXI apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais, em especial que partem das metrópoles brasileiras para outros estados. O segundo vetor se verifica no âmbito intra-estadual que também sai das metrópoles, com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Indica, portanto, a “interiorização migratória”, onde trajetórias migratórias de mais curtas distâncias envolvem aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas.

Pode-se caracterizar os espaços da migração no Brasil nos últimos anos da seguinte maneira: i) área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão do complexo grãos-carne no país; ii) áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul); iii) área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles - expressões territoriais do fordismo nos anos 1970/1980 no Brasil.

Assim, observa-se nas migrações internas no Brasil da primeira década do século XXI, três vertentes: 1) localizada na faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará, caracterizada pelas maiores áreas de retenção migratória; 2) o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória; 3) reconfiguração de espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Essas espacialidades sub-regionais também são observadas na Região Sul, com o estado de Santa Catarina como área de forte absorção migratória regional. Já no extremo norte do país, antiga área de fronteira agrícola, há baixa mobilidade populacional de longa distância, mas centralidade migratória do Amazonas na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

4. ROTATIVIDADE MIGRATÓRIA: CONCEITO PARA AS MIGRAÇÕES NO SÉCULO XXI

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais.

As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (Lee, 1960, Singer, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbanas-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, uma vez que a primeira não implica em mudança de residência e com restrita temporalidade. Nesta mesma direção, Chapman, Muray e Prothero (1985) denominam circulação como um conceito que substitui migração, quando não há mudança permanente de residência. Skeldon (1990: 293) destaca “(...) the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial-economic disorganization, urban polarization of resources, the parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome”.

Essas interpretações conceituais, portanto, ainda estão baseadas em um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população; tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram um contingente de “força de trabalho móvel” (Spaan, 1999).

A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Considera-se, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseia em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade em emprego, mesmo que temporários ou sazonais. O olhar é para o destino migratório.

O conceito de rotatividade migratória contempla, por sua vez, como primeiro pressuposto, tratar-se de um fenômeno migratório voltado para a economia urbana – mesmo que tenha origem no rural e o trabalho seja na agricultura, pois se trata de complexos agroindustriais e do agronegócio - e que também no âmbito das migrações internas constitui um fato social total (Sayad, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada.

A segunda premissa do conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios – via rotatividade migratória – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida.

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (Harvey, 1992), a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços, com a fluidez também dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização.

O conceito de rotatividade migratória pressupõe, ainda, a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (Villa e Rodriguez, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (Courgeau, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas. Desse modo, a rotatividade migratória pode estar vinculada a espaços regionais, fronteiriços, nacionais e até mesmo internacionais.

A passagem da “condição migratória” das localidades como áreas de retenção, áreas de perda ou áreas de rotatividade migratória, operacionalmente apreendidas a partir do índice de eficácia migratória (imigração-emigração/imigração + emigração), depende de situações conjunturais e da inserção dos espaços da migração na divisão internacional do trabalho. A Tabela 1 apresenta a condição migratória das Unidades da Federação no Brasil em relação à migração interestadual.

As migrações interestaduais no Brasil hoje espelham processos de interiorização da urbanização, de novas alocações de atividades econômicas, de reconfigurações regionais, onde se diversificam e se alteram os projetos migratórios dos indivíduos. A grande área de retenção migratória nacional do século XXI é o Estado de Goiás, e não mais São Paulo e Rio de Janeiro. Tais estados passaram a se configurar como áreas de rotatividade migratória com intensas idas-e-vindas de migrantes. As migrações de curta distância e no âmbito dos próprios estados, por sua vez, também refletem processos sociais importantes, com destaque para o último fio das migrações rurais-urbanas e a predominância das migrações urbanas-urbanas, em especial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina

Tabela 1 - Volume de Imigrantes e Emigrantes e Condição Migratória Interestadual. Regiões e Unidades da Federação do Brasil, 2000-2010.

Regiões e UF	BRASIL			
	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	IEM
Norte	1.147.743	1.000.781	146.962	0,07 Rotatividade migratória
Nordeste	2.381.889	4.080.204	-1.698.315	-0,26 Perda migratória
Sudeste	4.410.181	3.597.042	813.139	0,1 Rotatividade migratória
Sul	1.559.832	1.450.774	109.058	0,04 Rotatividade migratória
C. Oeste	1.907.431	1.278.275	629.156	0,2 Rotatividade migratória
TOTAL		11. 407. 076		
Rondônia	152.914	136.367	16.547	0,06 Rotatividade
Acre	33.501	34.377	-876	-0,01 rotatividade
Amazonas	171.151	122.441	48.710	0,17 Rotatividade
Roraima	62.078	25.601	36.477	0,42 Retenção regional
Pará	451.988	460.689	-8.701	-0,01 Rotatividade
Amapá	85.690	36.882	48.808	0,4 Retenção regional
Tocantins	190.421	184.424	5.997	0,02 Rotatividade
Maranhão	268.487	677.350	-408.863	-0,43 Perda migratória
Piauí	173.776	351.306	-177.530	-0,34 Perda migratória
Ceará	309.027	452.275	-143.248	-0,19 Rotatividade
R.G.Norte	161.443	140.981	20.462	0,07 Rotatividade
Paraíba	223.337	324.489	-101.152	-0,18 Rotatividade
Pernambuco	370.987	588.262	-217.275	-0,23 Perda migratória
Alagoas	143.703	307.060	-163.357	-0,36 Perda migratória
Sergipe	121.924	118.966	2.958	0,01 Rotatividade
Bahia	609.205	1.119.515	-510.310	-0,3 Rotatividade
Minas Gerais	914.847	986.045	-71.198	-0,04 Rotatividade
Espírito Santo	286.428	185.623	100.805	0,21 Rotatividade
Rio Janeiro	701.275	585.180	116.095	0,09 Rotatividade
São Paulo	2.507.631	1.840.193	667.438	0,15 Rotatividade
Paraná	649.067	738.089	-89.022	-0,06 Rotatividade
Santa Catarina	618.129	328.653	289.476	0,31 Retenção migratória regional
Rio G. do Sul	292.636	384.031	-91.395	-0,14 Rotatividade
Mato G. Sul	227.334	197.269	30.065	0,07 Rotatividade
Mato Grosso	386.904	359.182	27.722	0,04 Rotatividade
Goiás	817.939	393.761	424.178	0,35 Retenção migratória nacional
D. Federal	475.254	428.063	47.191	0,05 Rotatividade migratória

Nota: refere-se aos migrantes de última etapa na década de 2000-2010. Exclui sem especificação; utilizou-se pro-rata para o volume final dos fluxos.

Índice de Eficácia Migratória: -0,10 a 0,19 Rotatividade Migratória; maior que -0,20 Perda Migratória; maior que 0,20 Retenção Migratória

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP, FAPESP-CNPq).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações no século XXI redefinem seus polos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso das regiões Sudeste e Sul nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passado.

Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século XXI. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil, requer considerar que para a conceituação de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (Giddens, 1991), de risco (Beck, 1992), da tecnologia da informação (Castells, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem “mecanismos de desencaixe” como efeito das relações entre o local e o global (Giddens, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e nas migrações nos variados contextos regionais.

Por sua vez, as novas territorialidades e os espaços da migração aceleram seu processo de emergência na sociedade de riscos. Nesta, os riscos são compartilhados (Ojima, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas - está imersa em um conjunto de “sistemas peritos” da sociedade (Giddens, 1991): desde a facilidade de transportes até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados da sociedade de risco. Esse parece ser um caminho promissor para o aprofundamento das interpretações acerca do fenômeno migratório na contemporaneidade e os seus processos de configuração de espaços regionais.

Por um lado, a análise de fluxos e estoques de migrantes internos pode desconsiderar a multiplicidade e formas das dinâmicas de deslocamentos de população, mas este é o desafio que teremos que enfrentar. Por outro lado, há a dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais que isto, a dificuldade em definir o lugar de residência de um indivíduo, pois este depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, que nem sempre coincide com o lugar de residência. Contudo, como analisa Cougeau (1988), dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência, é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. Acredito que este seja um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no século XXI, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global (Sassen, 2010), como para as manifestações do local que se definem nesses espaços da migração interna e suas vinculações com demais processos internos e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. **Fases e Faces da Migração em São Paulo**. NEPO-UNICAMP/FAPESP-CNPq, 2012

BAENINGER, R. Região, Metrópole e Interior: **Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

BECK, U. **Risk Society: Towards a new modernity**. Sage Publications, London, 1992.

BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York : UNFPA/Kluwer, 1996.

BRITO, F. (1997), “**População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro**”, Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG.

BRITO, F e CARVALHO, J.A. **As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes**. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.

CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Paz e Terra, 1999.

CELADE (Centro Latinoamericano de Demografía). **Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe**. Documentos Docentes, Santiago de Chile, 1994.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. **Themes on circulation in the Third World**. Circulation in Third World countries. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1–26, 1985.

COURGEAU D. **Méthodes de Mesure de la Mobilité Spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes**. L'Institut National D'Estudes Démographiques, Paris, 1988.

CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. **Cenários da Migração no Brasil nos anos 90**. Cadernos do CRH, Salvador, v.18, n.43, jan/abr.2005

DOMENACH, H.; PICOUET, M. **El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración**. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990

EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna**. Santiago de Chile, CELADE, 1993.

FARIA, V. **Cinqüenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas**. Novos Estudos CEBRAP 29, São Paulo, p.98-119, mar.1991.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. SP, Editora UNESP, 1991.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Editora Loyola, São Paulo, 1992.

HAKKERT, R. e MARTINE, G. **Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004**. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.

LATTES, A. E. **Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration?** In: Population, distribution and migration. New York : United Nations, 1998.

LEE, E. S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. (original 1960)

MARTINE, G. **“A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80”**, *Textos para Discussão 329*, Brasília.1994

MARTINE, G. **A evolução espacial da população brasileira**. In:AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.61-91.

MARTINE, G.; Carvalho, J. A. M. (1989), **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**, Campinas, Editora da UNICAMP. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI).

MARTINE, G., CAMARGO, L. **Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes.** Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, ABEP, 1(2), p.99-143, jan./dez.1984.

OJIMA, R. **Instituições políticas e Mudança Ambiental: os novos arranjos institucionais na gestão de recursos hídricos e suas interfaces políticas.** UNICAMP, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2003.

PACHECO, C. **Fragmentação da nação.** Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

SINGER, P. (1973). **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.** Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, p. 29-60.

SKELDON, R. **Population Mobility in Developing Countries.** London; New York: Bedhaven Press, 1990.

SPAAN, E. **Labour circulation and socioeconomic transformation.** The case of East Java, Indonesia. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. **Relative deprivation and international migration.** Demography, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989

SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital.** Cambridge University Press. 1988.

VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. In: Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. Documentos Docentes, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.

ZELINSKY, W. **The hypothesis of the mobility transition.** Geographical Review, v. 61, n.2, p. 219 – 249, 1971.

Artigo recebido em maio de 2015 e aprovado em junho de 2015.